

Este texto convoca os debates da Plenária Nacional da Democracia Socialista, marcada para 30 e 31 de março de 2019 e está literalmente aberto a contribuições. Vamos concluí-lo na Plenária. Uma sessão aberta à publicação de contribuições estará funcionando no portal da DS.

Buscamos contribuir com a definição de rumos do PT e dialogar com todos e todas que tem como perspectiva a democracia e o socialismo.

Em defesa do PT: 7º Congresso e nova direção em 2019

Logo em seguida ao segundo turno das eleições de 2018, reuniu-se a Executiva Nacional do PT, que realizou um debate inicial bastante aberto. Por sugestão da presidenta foi constituída uma comissão para elaborar um texto-base de balanço e propostas para o Diretório Nacional. Como usual, foi composta por membros de todas as correntes.

Seu resultado foi bastante satisfatório em compreender os caminhos que levaram setores fundamentais das classes dominantes a desembarcar da candidatura Alckmin e a afunilar na candidatura Bolsonaro. Diversos pontos, não consensuais, foram destacados para debate. Em geral, eles procuraram apontar elementos da situação internacional, da nossa trajetória anterior à eleição e na disputa propriamente eleitoral, pontos que poderiam compor uma explicação mais ampla. A proposta também buscou construir um campo de ação afirmativa do PT, incompleto, por certo, mas muito além de um conceito de pura defensiva, em acordo com a força expressa no processo eleitoral. (O texto está disponível em <http://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2018/12/PropostadeTextodeBalançoFinal-.pdf> . Para facilitar, vamos nos referir a ele como texto da “Comissão”).

A reunião do Diretório Nacional, realizada nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro, surpreendeu, no entanto, pelo fato de a maioria vetar o texto da Comissão como base para discussão e não apresentar razões claras para isso e tampouco apresentar um texto alternativo. O debate foi bloqueado. Ao cair da noite, via mensagem de WhatsApp, apareceu o texto da maioria. Revelaram-se, então, algumas razões do veto ao debate:

ausência de análise (na verdade, esse novo texto apresentou uma versão desidratada da linha explicativa do texto da Comissão), exagero sobre a força do inimigo que vencera a eleição, e, conseqüentemente, ausência de propostas - a resolução do DN está disponível em <http://www.pt.org.br/resolucao-politica-do-pt-sobre-o-balanco-eleitoral/>).

Era de se esperar um debate à altura do grande confronto que vivenciamos em 2018, no qual o partido enfrentou o duro desafio de, tendo Lula como preso político impedido de disputar - e ganhar - a presidência, resgatar a confiança popular no nosso partido e combater, pela primeira vez, uma extrema direita que se alçou como representante das classes dominantes. Mobilizamos a base social e eleitoral do partido no 1º turno e conseguimos estabelecer a disputa por maioria no 2º turno.

A força social e eleitoral alcançada pelo PT exige compreensão da nova situação e das tarefas políticas postas ao partido. De outro lado, sofremos uma derrota política para as classes dominantes e sua nova representação de extrema direita que precisa ser bem compreendida, inclusive em suas causas que remetem a limitações do PT. Se isso não se faz, está sendo transferido ao inimigo toda a virtude da vitória, exagerando sua força e correndo o risco de cair numa defensiva maior do que a correlação de forças impõe ou, pior, no imobilismo político.

O debate sobre o caráter do bloco de forças vencedor também não se realizou. A Comissão do texto adotou postura aberta à discussão e verificação necessária sobre a natureza do bloco de forças vitorioso e preferiu caracterizá-lo como extrema direita incluindo grupos fascistas no seu interior. A maioria do DN decretou o “corte fascista” do bloco de forças vitorioso, ou seja, o seu elemento definidor e o seu desenvolvimento. Evidentemente, isso deveria ser precedido de discussão mais profunda. E deveria, naturalmente, trazer sérias implicações nas tarefas políticas e organizativas, mas estas também não foram apresentadas. Aliás, deveria resultar também em extremo cuidado com a unidade e a democracia na condução partidária.

A maioria simplesmente impediu o debate. As razões que pudemos depreender do porquê não aceitou o texto da comissão, composta por representantes de todas as correntes, não são boas. A resolução da maioria podou a proposta da Comissão de todos os pontos que apontavam limites críticos do partido no processo. E, para completar, sem indicar minimamente nossas tarefas políticas. Isso resultou numa ampla abstenção, num absurdo desentendimento do conjunto em uma hora crucial e em duro questionamento face a uma maioria incapaz de conduzir a unidade partidária.

Esse fato e toda a dinâmica da análise sobre as eleições condicionou enormemente o tema seguinte, a renovação da direção em 2019 e a necessidade de convocar o 7º Congresso Nacional para estabelecer a linha do partido no novo período. Novamente a maioria impôs uma linha evasiva, até mesmo em reconhecer que o mandato da atual direção se encerra em 2019, como determinou o 6º Congresso. Com isso, adiou as definições de calendário para o início de 2019.

Face a esse impasse, face à incapacidade da maioria em compreender a nova situação, em propor uma ação política de combate, face às ameaças que estão por vir e construir com as demais correntes uma linha política comum, a definição do 6º Congresso de que o atual mandato é de 2 anos e sua renovação em 2019 ganhou uma atualidade dramática. Para que tenhamos um partido à altura dos novos desafios defendemos a imediata convocação do 7º Congresso e a renovação das direções partidárias em 2019.

Entrando no debate sobre balanço das eleições

Uma figura medíocre e grotesca, admirador da tortura, da super-exploração patronal, pró-ianque entreguista, a favor de esfolar indígenas, de desmatar a Amazônia, cercada de bandos armados, de estupradores, atores pornôis, animada por “intelectuais” orgânicos da barbárie capitalista, idiotas assumidamente anti-iluministas: essa figura veio a ser a beneficiária do antipetismo visceral das elites brasileiras. A burguesia brasileira encontrou nela seu último refúgio, seu salvador e sua imagem refletida. O processo que terminou com esse desfecho está bem descrito no texto da Comissão.

Não apareceu qualquer fissura mais significativa das classes dominantes a partir do momento decisivo da seleção de qual candidato da direita seria capaz de vencer o PT, processo esse, ao que tudo indica, concluído em final de setembro.

A tentativa de erguer a candidatura Alckmin, que parece ter contado com o apoio dos principais banqueiros, durou até a facada sofrida por Bolsonaro. O ensaio de crítica feito no programa de tv com o comercial da bala que mata inocentes, na crítica de Pêrsio Árida ao caráter tosco do programa econômico de Paulo Guedes e no ataque do próprio Alckmin a Bolsonaro, durou pouco. E foi substituído por forte ataque ao PT, entrando na espiral competitiva da direita de quem mais nos atacava. Na prática, o PSDB colocou seu extenso tempo na tv (além daquele alinhado na grande mídia) como linha auxiliar de Bolsonaro. Isso é importante até para entender o peso real da propaganda eleitoral gratuita na definição do voto.

Muito menos ainda funcionou a tentativa de Ciro Gomes de atrair setores da direita para um caminho do meio, de oposição moderada ao golpe e ao mesmo tempo anti-PT. Isso lhe resultou rotundo fracasso e desmoralizante clarificação do seu papel nas eleições.

Assim, a unidade das diversas frações das classes dominantes encontrou-se com a candidatura da extrema direita. E há muitos sinais de que também promoveu um enlace com setores das classes dominantes dos EUA.

De outro lado, nas dimensões jurídica e militar do Estado houve os sujeitos políticos que fizeram o serviço sujo da exclusão do possível vencedor das eleições, Lula. O veto militar ficou evidenciado às vésperas do julgamento do STF com a declaração do Comandante do Exército e foi, mais tarde, bem esclarecida pelo próprio. A caçada promovida por Moro, que levou à prisão de Lula e sua exclusão da disputa presidencial, rendeu ao juiz de exceção alto posto de liderança nas forças políticas de direita. Não por menos: a exclusão de Lula abriu caminho para a vitória da extrema direita.

É preciso nos perguntar se terminam aí as grandes explicações para a nossa derrota. Vale dizer, nossa derrota estaria selada a partir desses dois elementos-chave? Há todo um debate a se fazer aqui e não deveríamos descartar – como não o fizemos na disputa real do 1º e 2º turnos – que a luta pela vitória de Haddad tinha possibilidades reais. Vale dizer, a explicação do “porquê nos derrotaram” não resolve a pergunta sobre o “porquê perdemos”. Dito de outro modo, por que não fomos capazes de derrotar a unidade das classes dominantes?

Desde a redemocratização, as eleições presidenciais foram fortemente polarizadas. Em 1989, depois de uma acirrada disputa de 1º turno, perdemos em 2º turno para Collor e o forte aparato midiático da Globo que expressaram a unidade das classes dominantes contra a unidade dos trabalhadores e do povo em torno de Lula. Gerou um governo marcado pela instabilidade e impeachment. Em 1994 e em 1998, de novo a unidade das classes dominantes nos derrotou, com FHC e gerando um neoliberalismo estável nos marcos da democracia restringida que sucedeu a ditadura e da integração à globalização. Esse resultado mudou, no entanto, em 2002 quando o neoliberalismo colocou o Brasil em recessão e sob o risco de grandes crises cambiais. A eleição de 2002 se deu debaixo da intervenção do FMI.

Consolidamos a partir daí uma alternativa política capaz de disputar a hegemonia. O PT com Lula e depois Dilma, com programas capazes de responder aos problemas centrais do país desde uma perspectiva dos interesses das classes trabalhadoras, venceu em 2002, 2006, 2010 e 2014 a unidade das classes dominantes e sua expressão política, o PSDB.

O processo eleitoral de 2018 requer, portanto, um debate profundo para entendermos por que perdemos a maioria do povo para a unidade política das classes dominantes e seu programa neoliberal, autoritário e reacionário. E, sobretudo, para estabelecer novos rumos em uma situação relativamente inédita (não só pela derrota mas pela novidade do bloco de forças dominante).

De início, é preciso compreender que, naturalmente, diversos elementos ficam mais evidentes depois do desfecho de um grande acontecimento, mas isso não quer dizer que a consciência sobre eles se revelou apenas a posteriori.

Além disso, é provável que estejamos face a vários aspectos causais que vão compor um todo e não a um único e exclusivo.

E, ainda, dada a natureza do conflito central entre esquerda e extrema direita, os elementos que estamos tratando como centrais para compreender as razões da nossa derrota se inscrevem em um período maior do que aquele caracterizado como o da disputa no calendário eleitoral legal. A disputa estava em curso, no mínimo, desde a consecução do golpe que derrubou a presidenta Dilma. A conformação da esquerda e especialmente da extrema direita se tornam nítidas aí e na sua posterior concentração especificamente eleitoral.

Longe de pretender esgotar o debate, mas buscando aprofundá-lo, vamos destacar alguns temas para compor um campo mais amplo de discussão sobre as razões da nossa derrota.

Primeiro: *uma avaliação subestimada da extrema direita no Brasil.*

A apreciação dominante no PT revelou amplo desconhecimento e subestimação do fenômeno da extrema direita. Por um lado, ela partia da suposição bem realista - mas a ser testada - de que haveria um teto de apoio eleitoral à extrema direita. De outro lado, de uma suposição menos realista, de que o combate a Bolsonaro haveria de ser realizado pela candidatura Alckmin, aquela que seria a “natural” das classes dominantes.

Desde o golpe, havia indícios de que ambas as hipóteses deveriam, no mínimo, ser submetidas ao crivo da verificação empírica. Especialmente a partir das pesquisas Vox Populi chegavam alertas de crescimento de Bolsonaro e do estancamento de Alckmin. Mantivemos, no entanto, a crença no esquema “clássico” da polarização PT X PSDB

mesmo com evidências de que não estava funcionando. Isso levou a que somente na semana final do 1º turno voltássemos nossas baterias para combater Bolsonaro. Mais ainda, levou a um combate improvisado do programa e do modo de agir da extrema direita.

Na verdade, o combate eficaz à extrema direita deveria se dar desde o seu surgimento na cena política com as grandes mobilizações da classe média a favor do golpe contra Dilma. E com a certeza de que esse tipo de força política só pode ser barrado pela unidade das forças democráticas e populares. Nossa expectativa de que uma força burguesa, o PSDB, pudesse se interpor à ascensão da extrema direita mostrou-se, evidentemente, equivocada.

Há um único e importante atenuante ao nosso equívoco: a facada. Ela blindou o candidato da extrema direita, abriu-lhe o caminho para crescer eleitoralmente.

Segundo: *Grande Recessão e ascensão da extrema direita no mundo.*

Nosso equívoco nacional, mesmo com o atenuante, revelou um problema mais geral de incompreensão da extrema direita como fenômeno internacional que se desenvolve no processo da Grande Recessão iniciada em 2008. Vale dizer, o campo de soluções políticas das classes dominantes na grande crise encaminha-se para um neoliberalismo mais excludente e mais opressivo. Esse é o ambiente social que nutre a extrema direita.

Há exceções notáveis, uma delas está em nossa experiência de governo. Em 2010 e 2014, no Brasil, em plena crise econômica internacional, saímos vencedores e fomos capazes de conter as variantes de extrema direita (que se expressaram em 2010 e 2014 através das candidaturas de Serra e Aécio, respectivamente).

Devido à experiência exitosa de 2008 a 2014 no enfrentamento da Grande Recessão, o PT barrou o surgimento da extrema direita que já se pronunciava no Brasil e contaminava o programa neoliberal do PSDB. Assim, conquistamos a maioria do povo

para o programa de crescimento com investimentos e regulação do Estado, anti privatização, por mais emprego e mais direitos sociais.

O mesmo não ocorreu em 2018. A memória da guinada neoliberal de 2015 na política econômica pesou mais que os nossos grandes acertos. Ao invés de culpar as forças neoliberais que desestabilizaram e depois derrubaram nosso governo, para uma parte expressiva do povo - vítima da recessão e da *mídia* golpista - a culpa recaiu sobre o PT. Isso evidenciou, como apontado pelo 6º Congresso, que concessões dessa natureza voltam-se, sem misericórdia, contra quem as pratica. Cabe ao PT, assumir claramente esse erro e enfrentar o ultra-liberalismo com base nas políticas anti-recessivas pelo emprego e por direitos sociais e democráticos.

O recuo durante o 2º turno da concepção de duplo mandato do Banco Central — defesa da moeda e defesa do emprego, uma posição historicamente assumida pelo PT — mostrou o quanto a perspectiva corretamente definida pelo 6º Congresso esteve diluída na condução real da campanha. Se vista isoladamente, parece uma “pequena” concessão ao mercado; olhando em perspectiva histórica, como se deve fazer, evidencia que nosso programa econômico não se expressou com a clareza necessária, especialmente na condição em que Lula não era mais o candidato.

Terceiro: *ausência de resposta face à corrupção e ao mantra “o PT quebrou o país por causa da corrupção”. A questão do sistema político.*

Ainda que nossos governos tenham aumentado os meios legais de combate à corrupção, a não realização da reforma política manteve a doença crônica da corrupção por meio da apropriação privada de recursos públicos e da simbiose entre partidos, empresas e Estado. Do mesmo modo, a não introdução de forma vigorosa da democratização com participação popular nas decisões políticas e na construção de uma nova governabilidade, manteve a dependência em relação aos partidos tradicionais, sempre envolvidos em corrupção. Como disse nosso 6º Congresso, “a adaptação do Partido ao ‘modus vivendi’ da política tradicional no Brasil” nos trouxe um enorme prejuízo.

Enquanto pudemos manter a campanha do Lula, mesmo preso (e até por isso), a ideia do antissistema não era um atributo da extrema direita. Em grande medida, Lula representava com mais força um sentido antissistema.

O fato de a extrema direita exercer um papel útil, mas não central ao sistema político permitiu-lhe valer dessa aparência de contestação.

O recuo da nossa campanha face à Constituinte (no 1º dia do segundo turno e através da entrevista ao jornal nacional da Globo) mostrou como o tema do sistema político terminou secundário na nossa campanha. E esse é um ponto central. Não foi suficiente a denúncia da prisão política de Lula e do impedimento da sua candidatura para caracterizar como agia o verdadeiro sistema político. Era necessário mostrar saídas.

A Constituinte em um processo de vitória da esquerda e mobilização popular representaria a ruptura democrática com o sistema político da corrupção, do toma-lá-dá-cá e de proteção aos interesses das classes dominantes. Ela poderia se contrapor à ruptura autoritária e reacionária representada pela extrema-direita.

Não é de surpreender, portanto, que a extrema-direita tenha podido navegar tão tranquila como antissistema.

Quarto: *nossas fortalezas e fraquezas sociais e regionais, como integrá-las em uma compreensão nacional?*

Nossas fortalezas: Nordeste, na camada mais pobre da classe trabalhadora (até 1 salário mínimo) e no eleitorado negro, onde fomos majoritários nacionalmente; numa grande parcela das mulheres.

Como explicar a força eleitoral do Nordeste: força do lulismo, força de governos bem avaliados, força da implantação partidária. As alianças amplas aí refletem nossas forças de atração e não podem ser atribuídas às alianças o diferencial entre Nordeste e Sudeste. Aliás, isso seria exagerar muito a força eleitoral de setores de centro e direita;

e reduzir muito a força social e eleitoral do PT no Nordeste. O caso do RN, com a eleição da companheira Fátima Bezerra como governadora, é exemplar de uma vitória majoritária baseada na implantação do nosso projeto.

A questão racial e a questão feminista despontam como temas centrais na composição da agenda da disputa nacional.

A questão sudeste: O antipetismo visceral nas classes dominantes representa uma parte minoritária do eleitorado, mas expressou uma força política capaz de atrair largos setores das classes trabalhadoras, que se localizam especialmente no Sudeste. Nessa região do país, Bolsonaro obteve mais de 15 milhões de diferença em relação a Haddad, o dobro da vantagem que obtivemos no Nordeste. Esse processo foi dramático em Minas (onde perdemos o governo estadual, fundamentalmente por sua má avaliação) e no Rio, onde tivemos nossa bancada federal reduzida a um mandato federal (ante 1 senador e 5 deputados federais eleitos). Nos dois estados havíamos ganhado a eleição presidencial nos pleitos anteriores; agora perdemos para a extrema direita por 2 milhões de votos em Minas e por 4 milhões no Rio. Em São Paulo manteve-se a tendência de queda, com a extrema direita colocando 8,5 milhões de votos na nossa frente.

No Sudeste os fatores negativos nacionais e regionais somaram-se. E é, ao mesmo tempo e contraditoriamente, a maior concentração do proletariado do país.

Quinto: *A difícil luta na comunicação.*

A síntese da narrativa produzida pelos grandes meios de comunicação e páginas de web/redes sociais tinha como elementos estruturantes duas frentes: a primeira, que afirmava que o PT era responsável pela crise econômica, social e política que vivia o Brasil, e a segunda, de que o PT era uma quadrilha que não só assaltou os cofres públicos, como também "inventou" a corrupção. Essas duas frentes ganharam uma outra poderosa: o ataque aos valores da democracia, do humanismo e do socialismo.

No período anterior à disputa eleitoral, o PT havia retomado a iniciativa política com as Caravanas de Lula pelo Brasil, que a despeito do boicote midiático, movimentaram o país e colocaram o PT em condições de defender seu legado e Lula. Mesmo na caravana pelo Sul, que mostrou o prenúncio da violência protofascista e que marcaria o período eleitoral, o partido pautou o debate nas redes sociais.

A prisão de Lula nos empurrou novamente para defensiva. Com uma agenda corretamente organizada na defesa do presidente e seu legado, enfrentamos uma máquina de guerra midiática sofisticada, que passou todo aquele período nos atacando fortemente, tentando viabilizar uma alternativa de direita “institucionalizada”, ou ao menos “defensável” aos olhos do mundo, como Huck, Doria e mesmo Geraldo Alckmin.

Antes ainda do início das campanhas de TV e rádio, reconectamos com nossa militância e com o voto lulista. Vale lembrar que mesmo depois da prisão, Lula seguiu líder nas pesquisas de opinião tendo 39% das intenções de voto a 8 dias da impugnação de sua candidatura.

As pesquisas pré-eleitorais indicavam uma eleição anti sistêmica e anti-política. Lula era a representação máxima do “antissistema”, alguém que tanto fez pelo povo foi perseguido por “tudo que está aí” e foi preso.

Bolsonaro encarnava, em proporção menor, uma espécie *sui generis* de antissistema. Sua trajetória “barulhenta” contra o PT (ao qual atribuía um caráter de pertencimento ao sistema), supostamente contra a corrupção e contra a violência o colocavam, em alguma medida, como alternativa eleitoral ao lulismo.

A farsa jurídica que proibiu a candidatura de Lula nos colocou a tarefa de organizar uma grande transferência de votos para Haddad em tempo que o viabilizasse eleitoralmente. Esse processo foi bem sucedido e, em paralelo a isso, assistimos a uma briga no campo da direita pelos votos necessários para nos enfrentar no segundo turno.

O atentado do qual Bolsonaro foi vítima mudou o rumo das eleições. Esse episódio fez com que Alckmin, que esboçava reação, recolhesse seu arsenal de combate a Bolsonaro. Posteriormente, ao fim do primeiro turno, usou-o contra nós. Levou ainda a grande imprensa a uma cobertura totalmente positiva de Bolsonaro e seus boletins médicos. A rejeição a Jair Bolsonaro caiu abruptamente e a agenda do país se moveu de Curitiba para o hospital. Por fim, a recusa de ir a debates e confrontar nosso candidato ganhou uma desculpa confortável.

Mais adiante as mulheres saíram às ruas para gritar #EleNão, que teve o papel fundamental de abrir o confronto direto com a extrema direita. Os atos EleNão foram alvos de uma rede intrincada de contra informação ligada a Bolsonaro. A coragem de luta das mulheres não esmoreceu e sustentou a disputa até o segundo turno.

Haddad vinha consolidando sua ida ao segundo turno e, segundo algumas análises, poderia ultrapassar Bolsonaro, que liderava as pesquisas com 28%.

A última semana de setembro e a primeira de outubro, final do primeiro turno, foram palco de intensa batalha que inverteu a nossa curva de crescimento e abriu espaço para crescimento da extrema direita. Sua compreensão ainda está por ser feita.

Podemos aqui destacar alguns aspectos para discussão.

a) propaganda eleitoral gratuita:

Superamos positivamente a experiência à qual o PT estava atrelado nacionalmente do super-marqueteiro e que foi vigente nas campanhas de 2002 a 2014.

Iniciamos um processo forte e consciente de combinação entre direção política e propaganda. Reunimos nossas melhores experiências e as integramos numa mesma equipe.

Nossa capacidade de disputa através da propaganda eleitoral gratuita da tv e rádio foi ao limite da plena realização da transferência de votos de Lula para Haddad.

Nossa comunicação desnudou Bolsonaro autoritário, apoiador da tortura e adorador de facínoras e estupradores. Apontou os perigos antidemocráticos no poder e defendeu um programa democrático, de esquerda e combativo, que questionava o monopólio midiático e os lucros exorbitantes do sistema financeiro, além de propor um novo ciclo de redução das desigualdades sociais, defesa dos direitos dos trabalhadores e defesa da democracia. Junte-se a isso o “desligamento” de parte da máquina ilegal de guerra construído por Bolsonaro no Facebook e WhatsApp e temos uma ofensiva de nossa candidatura. Nossa propaganda mobilizou a base lulista e petista.

Alcançamos nosso potencial eleitoral petista no 1º turno, em torno de 30% votos. E chegamos perto daquele do lulismo no 2º turno, com 45%.

Nossa comunicação criou condições para a vitória.

b) a desigual disputa nas redes:

Há muitas indicações que as redes sociais da extrema direita formaram-se, tornaram-se grandes e centralizaram-se muito antes das nossas. Elas foram testadas em 2013 e 2016, avançaram desde então na capacidade de mobilização e conhecimento. Centralizaram-se em Bolsonaro em 2018.

Nossas redes começaram depois. Não chegaram perto do alcance da extrema-direita. E, sobretudo as mais próximas ao PT, não se unificaram. Ao contrário, uma competição corporativa agiu contra a unificação proposta pelo PT. Nem mesmo as campanhas de contribuição financeira foram compartilhadas. O trabalho central de mobilização foi sempre da rede PT.

Esse descompasso estrutural teve enorme peso na nossa derrota nas redes. Nesse contexto, dois pontos são importantes para aferirmos nosso atraso tecnológico e organizativo em relação à estrutura que Bolsonaro tem a sua disposição: 1. A demora em formular respostas, e; 2. O desafio da distribuição para alcançar as pessoas que precisavam ter essas respostas.

Em que pese a participação ativa da rede evangélica na consolidação da contrainformação, nosso atraso tecnológico - *refletindo o atraso em se preparar para combater um inimigo que foi subestimado* - foi crucial para que as opiniões difundidas por Bolsonaro/aliados fossem disseminadas sem conflito. Não se tratava de equilibrar as narrativas na superfície, e sim combatê-las no subterrâneo e em uma velocidade jamais vista.

c) o que é (e como combater) a ideologia da extrema direita.

As reflexões sobre a degeneração dos regimes políticos e sobre as ideologias insufladas pela Grande Recessão iniciada em 2008 são muito incipientes no Brasil.

O giro na política econômica em 2015 afastou as bases de apoio ao PT e desorganizou a consciência média do proletariado, especialmente do Sudeste.

O golpe de 2016 abriu caminho para ideologias da barbárie capitalista.

Essa discussão está em curso no mundo e devemos nos somar a ela desde uma perspectiva de esquerda. Precisamos de mais conhecimento para ter mais capacidade de ação.

Caracterização do novo governo

A coalizão vencedora é de tipo compósita, com núcleos centrais no grande e médio capital. Há um certo destaque “militante” para a burguesia agrária e empresas evangélicas, mas não há como desconsiderar a hegemonia financista. O seu programa está alinhado às tendências econômicas e políticas dominantes na Grande Recessão.

A coalizão tem inserção fundamental nos estamentos do Estado, especialmente exército, judiciário e corporações policiais. Nesse sentido, pode proceder uma fusão entre governo e Estado, implicando menos hegemonia e mais truculência na dominação.

O estado de exceção permanente, com militarização, parece o cenário principal.

O programa econômico é francamente antipopular, anti-estatal e antinacional. Na história do desenvolvimento econômico latino-americano essa tríade implicou sequer em baixo crescimento. A tendência parece ser a de uma franca contradição entre o programa econômico ultraliberal e a manutenção do apoio e mobilização de setores médios e populares manipulados pela extrema-direita (que continuarão sendo tão ou mais duramente atingidos pelo ultra-liberalismo).

Qual novo período temos pela frente

Desde Marx, no 18 Brumário, a economia política se ocupa da relação entre grandes crises econômicas e luta de classes. Keynes, em 1919, nas “consequências econômicas do tratado de paz”, explicitamente aponta o cenário de guerra civil para a Alemanha e Europa a partir do aprofundamento da crise financeira na Alemanha imposta pelo tratado de paz.

Trotsky trata do desenvolvimento capitalista em movimentos largos (e não só ciclos curtos de expansão e contração), definidos não só pelos indicadores de lucro e acumulação, mas também da luta de classes, especialmente naqueles momentos que definem a largada do ciclo longo expansivo, conforme “A curva do desenvolvimento capitalista”, publicado na revista Democracia Socialista.

Essa corrente de elaboração foi aprofundada pela grande contribuição de Ernest Mandel, com a teoria das ondas longas do desenvolvimento capitalista. Além disso e para o debate específico sobre extrema direita, Trotsky condiciona a vitória ou derrota face ao fascismo, num quadro de grave crise econômica-social, ao resultado do confronto histórico entre as forças do fascismo e as do socialismo. Leia-se “Revolução e

Contra-revolução na Alemanha”, na edição brasileira com as primorosas tradução e apresentação de Mário Pedrosa, o filiado nº 1 do PT.

Nas matérias que publicamos na revista DS sobre a crise internacional aberta em 2008, Duménil apontava um prognóstico sombrio: o futuro seria pior. Deduzia esse cenário pelo contraste nas correlações de forças internacionais do capitalismo entre o pós-Segunda Guerra Mundial e o pós-neoliberalismo dos anos 1980/2000 que resultou na Grande Recessão iniciada em 2008. Indica, hoje, rumos totalmente diferentes daqueles que permitiram o florescimento do keynesianismo, dos anos dourados do capitalismo pós-guerra. Um pós-neoliberalismo mais reacionário ainda.

Infelizmente esse debate não foi aprofundado, inclusive por nossa corrente.

Há um novo período em formação. E, sobre ele, desde logo, devemos dizer: é um período de lutas fundamentais que podem decidir se o futuro será de intensa repressão ou mesmo de formação das condições para o fascismo, ou se abriremos um processo de queda do regime das forças neoliberais e reacionárias, necessariamente com hegemonia das forças socialistas, democráticas e populares.

É fundamental compreender que o fascismo não se forma sem derrotas fundamentais e definitivas da classe trabalhadora e da esquerda socialista — e elas não ocorreram. Essa lição decorre da análise de Trotsky sobre o fascismo, que assumimos.

Numa colocação esquemática, o fascismo implica:

- Mobilização das classes médias empobrecidas,
- Fim da estrutura representativa e constitucional da democracia parlamentar,
- Ação sistemática de destruição das organizações operárias e populares.

Dessa leitura, temos um tempo político para nos prepararmos e simultaneamente combater o inimigo. Não muito tempo, mas não há ainda algum tempo para a decisão definitiva ou histórica para o impasse brasileiro. *Vale dizer, o fascismo só viria a existir se não existir uma força capaz de combatê-lo.*

A questão do partido ou a luta pelo PT Socialista e Democrático

A força do PT é real na sociedade brasileira. Organizá-la é o desafio. Aliás, ela se organiza eleitoralmente. O problema é que a disputa eleitoral resolve cada vez menos a questão do poder. No mundo e aqui.

Com a perspectiva de uma democracia baseada em eleição cada vez mais esvaziada com a extrema direita no governo, a expressão da força do PT deve ser cada vez mais uma combinação de forças na sociedade, na institucionalidade e, no que podemos chamar, de força de mobilização direta.

Esse é o desafio número 1.

Em grande medida, os problemas do programa e o da organização fundiram-se.

A necessidade de uma Frente Democrática-Popular permanente

A questão democrática central e a chave da evolução política do país é compreender os caminhos para construir a maioria - na verdade, a unidade - da classe trabalhadora em torno do seu programa de direitos sociais e democráticos. O processo de construção da unidade da classe trabalhadora e da maioria do povo foi profundamente erodido nos anos 2015 a 2018 por erros cometidos e pelo profundo ataque das forças da direita. Assim temos um enfraquecimento social da classe trabalhadora gerado pelo desemprego, um decorrente enfraquecimento organizativo dos sindicatos e centrais sindicais, e uma regressão nos níveis de consciência política causada pelas derrotas. Compreendendo que a força social capaz de liderar o combate pela democracia é a classe trabalhadora, devemos afirmar que a questão democrática central é a construção da unidade da classe trabalhadora e da maioria do povo e recuperação da confiança nas suas próprias forças para defender seus direitos imediatos e ousar lutar por um futuro que valha a pena.

Construir a Frente democrática-popular:

Nossa política deve ser de unidade do campo de esquerda, com os partidos, com as frentes populares e movimentos sociais organizados que se alinham no segundo turno pela democracia e os direitos sociais.

Essa frente deve ser parte integrante da estratégia e não o cálculo pragmático de cada processo eleitoral.

Precisamos ter a iniciativa pública na proposição dessa unidade e na discussão imediata com esses partidos, frentes e movimentos sociais em torno de um programa comum.

Essa é a unidade fundamental a ser buscada e ela permite ter a necessária flexibilidade para alianças mais amplas em defesa dos direitos civis e liberdades democráticas.